

Obstáculo à democracia

José Nêumanne Pinto

É muito significativo que o esforço conjunto do Congresso Nacional tenha produzido, como primeiro fruto, um projeto de reajuste de vencimento dos próprios congressistas, numa sessão na qual o resultado final saiu de madrugada. Não interessa nem mesmo discutir o valor atingido por tal reajuste — o menos importante no episódio em si —, mas o fato simbólico de que a democracia no Brasil continua funcionando primeiro em favor de seus próprios profissionais. Pois, enquanto os congressistas resolviam quanto o povo lhes iria pagar para que continuem trabalhando, assuntos de interesse dos próprios pagadores continuam dormindo em suas gavetas, sem esperança de uma solução final tão cedo.

Quem viajasse para Brasília nos primeiros dias após o resultado das eleições municipais de 15 de novembro já podia ter uma idéia precisa de que a elite política civil, eleita pelo povo para representá-lo, não tinha ouvido com muita clareza o recado dado por seus patrões pela via das urnas. Havia um clima de falsa euforia no Congresso com a comemoração da vitória individual de muitos de seus membros e todos pareciam querer esconder, no ruído da comemoração, o motivo maior para sua reflexão sem festas, que era uma visão dos resultados em conjunto; certamente uma condenação sem meias-palavras do eleitorado às práticas rotineiras da atividade política no Brasil. A gala escondeu o luto.

A elite dirigente civil da Nova República fez ouvidos de mercador à mensagem popular basicamente por dois motivos: primeiro, não lhe interessa passar recibo da derrota geral havida nas urnas; segundo, a tentativa de esquecer a lição é a única forma encontrada por ela para se manter a salvo da cobrança popular feita na contagem dos votos. Trata-se, evidentemente, de uma atitude cega e até mesmo estúpida. Num democracia, os representantes têm sempre de se manter de ouvido colado ao peito de seus representados, com humildade suficiente para a correção de rotas, e a cobrança sempre chega na forma da interrupção de mandatos, que, nos regimes democráticos, têm prazo para terminar.

Em 15 de novembro, o Brasil votou contra o nepotismo, o patrimonialismo e a hipocrisia da forma como se realiza a política no País. As velhas práticas das promessas mirabolantes de campanha não cumpridas na administração foram condenadas ao longo de todo o território nacional, à exceção dos grotões, onde a carência é muito maior do que a força para compreender e gritar de volta, em sinal de protesto. O PT e o PDT foram apenas os caudatários, no Sudeste, desta revolta popular contra a prática desavergonhada de uma política personalista, que se tornou uma espécie de marca registrada da política nacional desde a independência. Os partidos de esquerda eram as armas disponíveis à mão e foram usados para pôr fim a um ciclo de inoperância e desfaçatez.

Se os políticos tivessem entendido isso, certamente estariam reunidos no esforço concentrado no Congresso para tentar fazer valer o presente que eles mesmos se deram quando redigiram a Constituição da República, documento-matriz da democracia nova que a Nação quer construir. Os constituintes deram ao Congresso o poder de participar ativamente do poder da República, tirando fatias consideráveis de decisões das mãos do Poder Executivo, tradicionalmente concentrador no Brasil. Criou-se uma situação na qual o Congresso participa das decisões, mas não é cobrado por elas. Ou seja, o poder é parlamentarista, mas a

responsabilidade é presidencialista. Durante as votações posteriores à promulgação da Constituição, em 5 de outubro, contudo, ficou a impressão de que os parlamentares, dublês de constituintes, não estão dispostos a tomar essa nova realidade em suas próprias rédeas. O Congresso não funcionou como o esperado, depois da nova ordem constitucional, primeiro usando o pretexto das eleições municipais, depois a justificativa das comemorações de seus resultados e, agora, ninguém sabe mais por que motivo.

Quando se reuniu para trabalhar, o Congresso deu mostras, não apenas de que está disposto a ignorar as decisões do eleitorado nas urnas, como até mesmo a contrariá-las. Se o eleitorado condenou claramente as tradicionais práticas políticas do nepotismo e do patrimonialismo, seus representantes vieram a público mostrar que estão dispostos a, primeiro, trabalhar em seu próprio benefício, para só depois tratar de um ou outro assunto de interesse coletivo.

Se os parlamentares fossem remunerados em níveis indecentes em relação à responsabilidade de que estão investidos, ainda seria compreensível ser o projeto de reajuste de subsídios votado antes de outros projetos prioritários, entre os quais os de regulamentação de dispositivos da nova ordem constitucional. Certamente os próprios deputados e senadores não encontrarão argumentos suficientes para provar a condição de indecência de sua remuneração. Num país de desempregados e operários mal pagos, os representantes desse povo pobre e trabalhador têm rendimentos garantidos pelo Erário acima dos resultados produzidos por seu trabalho. A democracia é sempre mais barata do que o poder discricionário, isso é verdade. Mas não basta uma certeza desse gênero para dar razão à luta prioritária pelo aumento da remuneração do trabalho de parlamentares num momento de crise econômica, gerada principalmente por impasses políticos não resolvidos pela pouca competência dos representantes do eleitorado na negociação necessária para sua solução.

O acinte da intempestiva resolução do Congresso a respeito da remuneração dos sócios privilegiados desse clube ainda fechado à participação da sociedade é tal que fica a parecer uma espécie de desafio, de resposta desaforada à manifestação de desagrado da sociedade pela expressão do sufrágio secreto, direto e universal. Somada à prática deslavada da inócua demagogia, como é o caso da conclusão da comissão de inquérito do Senado sobre corrupção no governo federal, esta resposta amuada, disfarçada de providência comum, pode significar um inesperado obstáculo à caminhada na direção da democracia plena e justa desejada pelos brasileiros de bem. Os parlamentares poderiam pensar um pouquinho sobre isso, antes de apertar os botões da votação eletrônica no plenário da Câmara em benefício próprio.

A Câmara e o Senado são cúmplices importantes no crime organizado contra a economia popular, que é o desinteresse do governo em pôr fim, de uma vez por todas, ao processo inflacionário, que compromete definitivamente as condições de vida do povo brasileiro. E, se não têm competência para resolver o problema, salvaguardam os bolsos dos sócios do clube do poder degenerativo da depauperação da moeda em seu próprio proveito. Não se pode, evidentemente, considerar que esta seja uma efetiva propaganda do regime político representativo instaurado no Brasil.